



O AUTISMO NO AMBIENTE FAMILIAR E A INTERAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: UM ESTUDO DE CASO

João Paulo da Silva Barbosa; Herbene Fernandes Pimenta

*Universidade Federal de Campina Grande – joaopaulo08barbosa@hotmail.com
Universidade Federal de Campina Grande- herbenefpimenta@gmail.com*

Resumo:

O nascimento de uma criança é um momento bastante esperado por muitas famílias. Os pais idealizam o filho perfeito dentro dos padrões sociais. Diante disso, a notícia de que a família possui uma criança autista ocasiona impactos no contexto familiar. Nessa acepção, objetivamos analisar, mediante um estudo de caso, os impactos que o diagnóstico de um filho autista acarreta na família, compreendendo suas vivências e como a interação família-escola contribui para o desenvolvimento destes sujeitos. Para o desenvolvimento deste trabalho utilizamos como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso, com abordagem qualitativa. Concluímos que o diagnóstico de um filho autista influencia desde fatores psicoemocionais dos pais, como também exige uma reorganização na rotina familiar. Além disso, em alguns casos, o processo de aceitação perpassa um longo caminho, desde o diagnóstico clínico, o luto simbólico até a aceitação familiar. Evidenciamos que a interação família-escola é determinante para o desenvolvimento da pessoa com autismo e a desconstrução de estigmas que os caracterizam como improdutivos e incapazes.

Palavras-chave:

Família, Autismo, Impactos, Escola, Desenvolvimento.

Introdução

O percurso histórico referente aos sujeitos com deficiência é marcado por estigmas cruéis que caracterizam essas pessoas como seres improdutivos e incapazes de se desenvolverem e assumirem funções na sociedade. Segundo Aranha (2006), na Grécia Antiga as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram abandonadas e muitas vezes executadas. Na Idade Média, compreendia-se que a deficiência era um resultado dos pecados cometidos pelos pais, um castigo divino. Diante disso, constituía-se uma representação de negatividade acerca das pessoas com deficiência, excluindo-as da sociedade e negando-lhes a vida.

Nesse sentido, observamos que atualmente ainda existem resquícios desse entendimento em relação a pessoa com deficiência, transtorno ou quaisquer outras implicações que afetam o seu desenvolvimento, porém não de uma forma tão intensa. As diversas discussões que se originam no âmbito científico e repercutem na sociedade vem colaborando para a desconstrução da ideia de improdutividade e incapacidade que caracterizam estes sujeitos. Embora, não podemos negar a existência dessa compreensão na contemporaneidade contribuindo, assim, para a resistência familiar no processo de aceitação do diagnóstico.



Segundo Monte e Pinto (2015), a notícia de que se aguarda o nascimento de uma criança é um momento que envolve muitas expectativas na família, no que se refere as características físicas, se parecerá com o pai ou com a mãe, será homem ou mulher, sua saúde, a personalidade, etc. Envolvendo múltiplos sentimentos e sensações como: medo, amor, carinho, ansiedade, felicidade. Porém, após o nascimento e um certo tempo de convívio, quando a família recebe o diagnóstico de que seu filho é autista esses sentimentos e sensações se tornam mais intensos e confusos, exigindo uma readaptação familiar, ocasionando mudanças nos aspectos afetivo-emocionais dos pais e como consequência ocorrem prejuízos na psicodinâmica familiar.

Comprendemos que a dificuldade em lidar com essa situação se constitui mediante um conjunto de elementos, entre eles estão as várias formas de preconceito que esta criança sofrerá nos diversos espaços sociais, inclusive entre os membros da própria família, levando os pais a refletirem em como se posicionarão diante de tal situação. O processo de aceitação, em muitos casos, se constitui de forma gradativa desde a negação do diagnóstico, o luto simbólico, até chegar a aceitação. Autores, como, Kübler-Ross & Menezes (1968 apud MONTE; PINTO, 2015) sistematizam esse referido processo em cinco estágios que apresentaremos no decorrer da discussão.

Nessa perspectiva, direcionaremos nosso estudo ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), em que sistematizamos como objetivo central deste trabalho analisar, mediante um estudo de caso, os impactos que o diagnóstico de um filho autista acarreta na família, compreendendo suas vivências e como a interação família-escola contribui para o desenvolvimento destes sujeitos.

Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizamos como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica mediante “(...) levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos” (FONSECA, 2002, p. 32) e o estudo de caso, objetivando “conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico” (Idem, p. 33). Quanto a abordagem, esta se fundamenta em uma pesquisa qualitativa em que “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31). Foi realizada uma entrevista semiestruturada com uma mãe de uma criança autista, buscando compreender desde o diagnóstico até a aceitação,

e nesse percurso refletir sobre as dificuldades que surgiram no âmbito familiar e como estão sendo superadas, considerando a capacidade de desenvolvimento do sujeito com autismo e relevância da interação escola-família neste desenvolvimento.

O autismo e a família: conhecendo e rompendo barreiras

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é compreendido como uma perturbação neurodesenvolvimental que acarreta complicações nas competências de comunicação, socialização e comportamento. A incidência de sujeitos com autismo aumentou significativamente nas últimas décadas. Estima-se que no Brasil existem 2 milhões de pessoas com autismo (MARTINS et al 2015; SOUZA; ALVES, 2014). A definição do autismo vem se transformando ao longo dos anos, desde 1943, com os primeiros estudos de Leo Kanner, onde observou o comportamento de 11 crianças.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-V (American Psychiatric Association, 2014, p. 53),

O transtorno do espectro autista engloba transtornos antes chamados de autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger.

O DSM-V apresenta que as manifestações entre os sintomas podem variar de acordo com a idade cronológica, o nível de desenvolvimento e as condições do autismo. Além disso, há variação dos níveis, que se estende do leve ao severo. Em todos os níveis o sujeito com autismo necessitará de apoio para se desenvolver, havendo modificações a partir das necessidades existentes. Os sinais de autismo podem surgir nos primeiros meses de vida, possibilitando um diagnóstico efetivo por volta dos dois ou três anos de idade. No que se refere ao tratamento, este é realizado por uma equipe interdisciplinar formada por médicos, pedagogos, fisioterapeutas e psicólogos, além disso, o diagnóstico precoce colabora para resultados exitosos (MELLO, 2007).

As características clínicas do TEA afetam as condições físicas e mentais do indivíduo que o apresenta. Diante essa circunstância, necessita-se aumentar os cuidados e, conseqüentemente, o nível de dependência dos pais e/ou cuidadores. Assim, esses fatores podem gerar um estressor em potencial para os familiares (SCHMIDT; BOSCA, 2007).

Porém, antes de nos direcionarmos aos impactos do autismo no seio familiar, iremos refletir sobre a chegada da criança.

Diante as mudanças que vem ocorrendo ao longo dos anos, a criança passa a assumir um lugar de importância no seio da família e conseqüentemente na sociedade, dada a percepção que a classe média começa a ter com os seus filhos. No entanto, a criança desejada é a criança “perfeita”, ou seja, que tenha nascido com o desenvolvimento físico e intelectual dentro dos parâmetros clínicos que são estabelecidos na sociedade. Nesse sentido, as famílias se preparam ansiosamente para esse momento de significados marcantes para suas histórias e não incluem as possibilidades do diferente, de uma criança que ao nascer não esteja na simetria desejável pelos pais e a sociedade.

Nesse sentido, ao questionarmos a mãe em relação a percepção dos primeiros sinais e da notícia do diagnóstico, obtivemos as seguintes respostas:

De início percebemos que havia algo de errado com ele, pois aos três meses não tinha firmado o pescoço. Levamos para um neurologista e o mesmo depois de ver os exames que solicitou não receitou nenhum medicamento. Mas disse que queria vê-lo novamente com um ano de idade, como não aceitávamos a possibilidade dele ter nascido com algum problema não levamos. Ele completou um ano, dois, três anos e observamos que sua coordenação motora era muito ruim e tinha atraso no desenvolvimento, pois comparávamos sempre com outras crianças da sua idade e a diferença era bem perceptível. Então aos 4 anos de idade resolvemos levá-lo para uma neuropediatra e foi quando começou a batalha. (MÃE)

Foi muito difícil de início. O primeiro diagnóstico foi retardo mental leve e a médica falou que ele poderia ser um adulto normal, mas depois veio o diagnóstico de autismo e foi o impacto, chorei muito. Nós fazemos muitos planos com nossos filhos e naquele momento foi como se viesse todos os planos desfeitos não sabíamos quase nada sobre o autismo então veio o medo e a insegurança, como seria a vida do nosso filho, seu futuro e quando nós não tivéssemos mais aqui. (MÃE)

Após a análise das falas, podemos evidenciar a presença de alguns estágios que constituem o processo de luto simbólico, o primeiro, definido por Kübler-Ross & Menezes (1968 apud MONTE; PINTO, 2015), é a negação e isolamento, ou seja, a informação sobre o autismo ativa um mecanismo de defesa que seria a negação. Assim, os pais demonstram não querer compreender ou entender o diagnóstico, é a negação causada pela ansiedade e não desejam entrar em contato com essa informação. O segundo estágio constitui-se o momento de raiva por meio da revolta, surgindo questionamentos e os porquês de ser aquela família e não outra. O terceiro é o momento de barganha, ou seja, um processo de troca, em que os pais buscam analisar os ganhos e as perdas de acordo com a situação, é comum nesse momento realizarem promessas a Deus ou aos profissionais. No quarto estágio, “a depressão surge como o luto pelo o que a pessoa perdeu, seja seus planos e objetivos que teve de interromper, seja pela idealização da pessoa que perdeu. A depressão pode estar caminhando para

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

aceitação e reflexão sobre si” (Idem, p. 8). E por fim, no quinto estágio, “aceitação, a pessoa encontra-se mais tranquila diante da perda ou luto, neste estágio a pessoa torna-se mais sensível a expressar sentimentos, emoções e dificuldades” (Idem).

Ao analisarmos esse caso, percebemos que a tristeza, o medo e a ansiedade se fizeram presente durante todo esse percurso, como, não aceitar o transtorno, mesmo percebendo que a criança possuía um comportamento atípico e um atraso no desenvolvimento comparado a outras crianças da mesma idade. Compreendemos, portanto, que a aceitação vai de confronto a todos os planos idealizados para o filho, assim, surge a dor da desconstrução dos possíveis sonhos e a preocupação com o futuro da criança.

Além disso, o desconhecimento acerca do autismo torna-se um fator com fortes influências na aceitação. Portanto, acreditamos que a forma como o médico realiza o diagnóstico é determinante para a contribuição desse processo, fornecendo as informações necessárias, superando a superficialidade das informações do senso comum, revelando que apesar dos déficits no seu desenvolvimento a criança terá possibilidades de se desenvolver de acordo com o nível de autismo diagnosticado. Filho (et al, 2016) constatou em pesquisa que algumas famílias não recebem orientações necessárias dos profissionais responsáveis pelo diagnóstico e tratamento. Assim, essa ausência de informação prejudica a relação da família com o a criança autista e seu desenvolvimento.

Porém, a mãe entrevistada nos relatou que:

Não tínhamos conhecimento. Foram os especialistas (neurologista, psicólogo, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional) que faziam o tratamento com ele que nos explicaram um pouco sobre o autismo e depois começamos a pesquisar sobre o assunto. (MÃE)

Como discutimos anteriormente, a chegada de um filho autista rompe com as expectativas idealizadas. Segundo Serra (2010) os membros familiares se manifestam de modos diversos ao receber a notícia do diagnóstico, além disso, a autora destaca que existe uma sobrecarga emocional que recai sobre as mães. A partir do levantamento bibliográfico observamos em muitos casos que as mães abdicam da vida profissional e acadêmica para dedicar-se exclusivamente ao filho, enquanto que os pais assumem a responsabilidade financeira na família. No caso em estudo a realidade não foi diferente, ao questionarmos se houve adaptações na rotina familiar e sobre a vivência diária, a mãe relatou que:

Sim. Passamos a nos adaptar aos horários dele deixei de trabalhar fora para cuidar dele e levar ela para terapias. Procuramos conciliar as nossas obrigações pessoais com as obrigações para com ele priorizando-o, mas nem sempre é fácil sobrecarrega e nós às vezes ficamos estressados. (MÃE)

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

Pesquisas apontam que as mães de crianças com TEA possuem maiores riscos de crise e estresse, pois assumem uma sobrecarga de cuidados relacionados aos filhos (SCHMIDT; BOSA, 2007). “Mães das crianças com autismo apresentam estresse e depressão significativamente mais elevados, além de intimidade marital menor do que as mães de crianças com desenvolvimento típico e mães de crianças com síndrome de Down” (BOSA, 2006, p. 51). O que tem ocasionado muitos divórcios entre casais pais de autistas.

Diante disso, é relevante ressaltar que:

O suporte social é um importante recurso para a família e tem sido visto como um dos fatores-chave para o amortecimento do estresse em famílias sob estresse. A troca de informações no nível interpessoal fornece suporte emocional e um senso de pertencer a uma rede social onde operam a comunicação e compreensão mútua. (Idem)

Considerando a relevância do suporte social e as contribuições que as relações interpessoais oportunizam para as famílias e aos sujeitos autistas, indagamos a mãe acerca das dificuldades no cotidiano familiar em lidar com o filho autista, buscamos compreender tanto como vem se constituindo a relação no grupo familiar, como nos demais contextos sociais. Obtivemos a seguinte resposta:

Encontramos muitas dificuldades no cotidiano familiar, já que passamos a viver em função dele por ser a dependência da criança autista maior do que das crianças normais. Tivemos que mudar nossos horários. Sair de casa também era muito difícil ficarmos preocupados com a reação das pessoas elas não entendiam o comportamento dele e até olhavam com reprovação. (MÃE)

No início do trabalho refletimos sobre os estigmas que caracterizam os sujeitos atípicos desde a Grécia Antiga. Assim, por não terem conhecimento sobre o autismo, as pessoas reprovam seus comportamentos, muitas vezes caracterizando como indisciplinado. Podemos evidenciar que os olhares de reprovação ocasionam o isolamento social da família, isolamento este que dificulta o desenvolvimento da criança, além de afetar o estado psicoemocional dos pais, em que se originam o sentimento de culpa, medo, revolta, ansiedade e insegurança. Desse modo,

A família passa a vivenciar também uma fragilidade psíquica, causada pelo medo da situação nova, diferente, inesperada, preconceito diante da sociedade. Os preconceitos existentes dentro da própria família geralmente velados, e desconhecidos, que eclodem nesse instante entram em contato com essa realidade familiar e social. (PINTO; MELO, 2015, p. 11)

Diante o exposto, podemos compreender que o nascimento de uma criança autista ocasiona implicações no contexto familiar, porém não consideramos que o sujeito com TEA deve ser estigmatizado como um ser improdutivo e incapaz.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

Essa compreensão em que muitos estudiosos vêm buscando desconstruir por meio de pesquisas, ainda se faz bastante presente na sociedade, por isso, faz-se necessário e determinante que os pais compreendam as potencialidades dos seus filhos, pois a primeira inclusão deve ocorrer na família, considerando esta ser a primeira instituição com vínculos e contato direto a criança autista.

Ressaltamos que, os fatos analisados e apresentados nesse estudo remetem-se a um caso específico. No entanto, não desconsideramos a possibilidade de encontrar contextos semelhantes a este. Por conseguinte, iremos discutir como a interação família-escola colabora para o desenvolvimento da pessoa com autismo.

Interação Família-escola e as suas contribuições no desenvolvimento do sujeito autista

Mediante o contexto familiar e a dinâmica de convívio com o sujeito autista, de lutas e possibilidades, faz-se imprescindível uma extensão contribuinte da família para outros aspectos do desenvolvimento em sociedade. Considerando que o trabalho com autismo é extremamente interdisciplinar. No contexto escolar, segundo as reflexões de Serra (2004), os resultados não acontecem isolados. Mas com envolvimento consciente e responsável entre escola e família. Embora, está última enfrente fases difíceis no processo de adaptação psíquico-social o suporte familiar é determinante para que haja uma verdadeira inclusão escolar para com a pessoa autista.

As políticas públicas asseguram o direito de todos os estudantes aprenderem juntos. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p.1), a Educação Inclusiva.

[...] constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga a igualdade e diferença como valores indissociáveis, que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Mesmo ancorado legalmente, para que o estudante usufrua da inclusão escolar no sentido real do termo, havendo uma reorganização do contexto escolar de acordo com as necessidades do aluno com TEA, esta apresenta-se como uma luta constante para as famílias. Pois, este direito por vezes é negado, se fazendo necessária a batalha judicial para que seja efetivado. Muitas famílias esvanecem as forças e seus filhos são prejudicados sem o acesso à escola. Embora, observamos que atualmente essas ocorrências são em menor escala que há décadas passadas, mesmo assim, ainda é recorrente em algumas escolas, como nos afirma a

mãe entrevistada: “Em todas as escolas que ele passou foi bem recebido, apenas uma nem sequer o recebeu alegando que não tinha estrutura nem monitor para acompanhá-lo”(MÃE).

Evidenciamos, portanto, o descumprimento da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Lei nº 12.764/2012 (BRASIL, 2012, p. 2) que assegura o acesso à educação e complementa em seu art. 7º que “O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários mínimos.”

Tal procedimento confronta a seguridade da lei e distancia-se do pensamento de Rodrigues e Maranhe (2010, p.46), ao discutirem que é compromisso da escola inclusiva:

Promover mudança de atitudes discriminatórias –a escola deverá trabalhar com quebra de tabus, estigmas, desinformação, ignorância, que levam as pessoas a terem atitudes negativas em relação aos seus estudantes público alvo da Educação Especial.

Sendo esta a perspectiva de uma verdadeira inclusão que ultrapasse somente o direito ao acesso à escola, e que se tenha o suporte necessário para o desenvolvimento integral do aluno autista, rompendo com os paradigmas da segregação e integração. Que ao tempo que insere o estudante no âmbito escolar o segrega na própria sala de aula. Para tanto, a capacitação docente é um fator que está intrinsecamente ligada a esse imbróglio. Nesse sentido, indagamos a entrevistada sobre as dificuldades mais frequentes na escola. Ela responde que: “A maior dificuldade é a inclusão com os alunos da sua faixa etária, ele prefere estar com crianças do infantil ao invés da sala dele. Também sinto a necessidade de capacitação para professores, para trabalhar tanto a inclusão como o método de aprendizagem” (MÃE).

Atinente a essa concepção Rodrigues e Maranhe (2010, p. 46) ainda ressaltam que dentre o papel do professor estão os pressupostos de:

- Valorizar as diferenças – ser diferente e único é uma característica de todo ser humano;
- Mudar sua metodologia – individualizar o ensino, trabalhar de forma diversificada, avaliar permanente e qualitativamente;
- Oferecer, quando necessário, serviços de apoio para suprir dificuldades individuais – alunos que necessitam devem utilizar outras modalidades de serviços: reforço, professor itinerante, sala de recursos, desde que associados ao que está aprendendo na sala regular

Portanto, como já supracitado, as contribuições que favorecem o desenvolvimento do aluno autista, transcende o âmbito familiar, embora, este seja parte fundamental. Pois é a base que refletirá resultados positivos na escola, na comunidade e nos demais espaços sociais ocupado por esse indivíduo. No entanto, é necessária uma equipe de

atuação multidisciplinar, na qual, todos os profissionais desenvolvam ações competentes que estimulem o progresso do discente, no tocante as práticas pedagógicas que possibilitem a construção da autonomia do aluno com TEA. Segundo Cunha (2016, p. 48), a “literatura pedagógica ligada à prática na educação especial também contribui para o estado das coisas. A maior parte da produção acadêmica vem da área médica[...]”, ou seja, o professor fica condicionado a métodos clínicos velando, assim, o processo de ensino-aprendizagem de forma pedagógica significativas. Nesse sentido, deve existir uma análise dialógica de informações, que resulte em práticas educativas participativas por todas as partes envolvidas nesse processo. A mãe entrevistada ainda afirma dar o suporte necessário para que haja essa parceria entre escola-família e demais profissionais. Quando a indagamos sobre sua participação efetiva no dia a dia escolar ela nos diz:

Sempre procurei ajuda com os professores e psicólogos da escola, em escola como não tinha psicóloga até paguei uma consulta com uma psicóloga conhecida da escola e ele foi atendido lá na escola. Sempre procurei pegar relatórios com as professoras para levar para a neuropediatra dele e quando estava com dificuldade para ensinar as tarefas de casa procurava ajuda com as professoras de como fazer para ensinar a ele. (MÃE)

Assegurando ser essa parceria o motivo de alguns resultados exitosos já alcançados ela continua a responder sobre a perceptível evolução no desenvolvimento do filho antes e depois do ingresso a escola: “Sim, percebi. A socialização, ele hoje se socializa melhor com as crianças, ajudou também na organização da rotina, dos horários, as imposições de regras a serem obedecidas”.

Para finalizarmos a entrevista solicitamos que relatasse sobre o que mudou na sua compreensão acerca do sujeito com autismo ao receber o diagnóstico e depois de toda sua vivência. Ela prossegue dizendo:

Mudou, pois, apesar das limitações dele, vejo se desenvolvendo, que apesar de não ter a independência de um garoto de 14 anos normal, tem vencido muitos obstáculos e cada progresso dele me faz ter mais esperança, também me fez ver com outros olhos a diversidade, hoje vejo a diferença entre as pessoas de uma outra forma. (MÃE)

Assim, podemos compreender que as dificuldades características no cotidiano do estudante autista independente do grau, existem. Porém, a superação depende de atitudes conjuntas que busque a maneira diária e gradativa de romper os obstáculos. Podemos perceber que as instituições como: família, escola, equipe médica, psicológicas etc., devem trabalhar em sintonia e com objetivos comuns. “O aluno aprende. O aluno com o transtorno do espectro autista aprende (CUNHA, 2016, p. 15)”. Portanto, emerge a necessidade de combatermos de

forma veemente o estigma estereotipado de que na escola o aluno autista não apreende, sua permanência não é mais que um passatempo. A reprodução deste errôneo pensamento, tem contribuído para o processo lento de efetivação de todos os sujeitos com TEA frequentarem a escola regular, fragmentando o seu desenvolvimento. No que se refere as competências humanas na aprendizagem, o autor complementa que:

[...] A aprendizagem é característica do ser humano. O ensino e aprendizagem são dois movimentos que se ligam na construção do conhecimento. É uma construção dialógica e não interpretativa; expressão imanente da nossa humanidade, que abarca também o aprendente com autismo (CUNHA, 2016, p. 15).

É importante atentarmos para a construção desse processo ensino-aprendizagem, que é indissociável e abrangente ao ser humano de tal forma, que contempla a diversidade humana, independente de qual seja a deficiência, transtorno ou necessidades educacionais. Portanto, ressaltamos, o aluno autista aprende.

Breves Considerações

É compreensível diante as discussões que a vivência do sujeito autista no âmbito familiar é constituída por variáveis que não se podem mensurar em um trabalho de pesquisa compacto desta natureza. No entanto, evidenciamos por meio deste estudo de caso que o diagnóstico de um filho autista ocasiona intensos impactos no âmbito familiar, influenciando desde fatores psicoemocionais dos pais, como também exigindo uma reorganização na rotina diária. Além disso, em alguns casos, o processo de aceitação perpassa um longo caminho, desde o diagnóstico clínico, o luto simbólico até a aceitação familiar, constituindo-se por autores como estágios. Nesse processo, ocorre uma mistura de sensações e sentimentos desconstruindo a imagem do filho idealizado pelos pais, uma criança dentro dos padrões sociais.

A ausência de informações sobre o autismo colabora para o fortalecimento da ideia de improdutividade e incapacidade. Portanto, faz-se necessários que os pais, juntamente com as escolas e os profissionais que trabalham com o autismo busquem o rompimento deste estigma que possui uma longa trajetória histórica.

A Educação Inclusiva, embora, vista por algumas pessoas como algo inatingível, as políticas públicas asseguram os direitos cabíveis para o sujeito com TEA nos seus mais variados aspectos da vida em sociedade e que esses direitos estão estritamente ligados a escola. Porém, o caso analisado nos possibilitou compreender que ainda existem instituições que negam o acesso à educação, contrapondo-se as leis.

Portanto, é necessário compreender as potencialidades da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, fomentando o seu desenvolvimento e contribuindo para sua inclusão nos mais diversos contextos sociais. Para isso, faz-se determinante a parceria entre escola-família, em que revestidas de um mesmo objetivo assegurarão direitos, oportunizando a vida em sociedade.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial [MEC. SEESP]. **Políticas Nacionais de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2018.

_____. **Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF, 2012.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar-deias e práticas pedagógicas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, p. 47-53. Porto Alegre, 2006. Disponível em:

<<http://www.ned.ufsc.br/textos/Texto%2014%20-%20BOSA.pdf>> Acesso em: 09 de ago. 2018.

DSM-V - **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FILHO, Antônio Luiz Martins Maia. et al. **Revista Saúde em Foco**, Teresina, v. 3, n. 1, p. 66-83, jan./jun. 2016.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Deise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MARTINS, Morgana de Fátima Agostini. ACOSTA, Priscila de Carvalho. MACHADO, Gabriela. A parceria entre escola e família de crianças com transtorno do espectro do autismo. **Caderno de Pesquisas em Educação**, v.43, p. 59-71, 2016.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: guia prático**. 5 ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007.

MONTE, Larissa da Conceição Pinto. PINTO, Arlan Amanajás. Família e autismo: Psicodinâmica Familiar diante do Transtorno e Desenvolvimento Global na Infância. **Estação Científica**, Juiz de Fora, nº 14, p. 1-16, jul./dez. 2015

SCHMIDT, Carlo; BOSA, Cleonice. **Estresse e auto-eficácia em mães de pessoas com autismo**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, v. 59, n. 2, p. 179-91, 2007.

SERRA, Dayse. Autismo, família e inclusão. **Polêm!ca, revista eletrônica**, v. 9, n. 1, p. 40 - 56, 2010. Disponível em:
<<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/2693/1854>> Acesso em: 09 ago. 2018.

SERRA, Dayse Carla Genero. **A inclusão de uma criança com autismo na escola regular: desafios e processos**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de pós-graduação em educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2004.

SOUZA, Poliana Pedrozo Mangia de.; ALVES, Priscila Pires. Dialogando sobre o autismo e seus reflexos na família: contribuições da perspectiva dialógica. **Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente**, v. 5, n. 1, p. 223-230, 2014.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim.; MARANHE, Elizandra André. A história da inclusão social e educacional da pessoa com deficiência. In: CAPELINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. (Orgs.). **Marcos históricos, conceituais, legais e éticos da educação inclusiva**. Bauru: Unesp; MEC, 2010. v. 2. (Coleção Formação de Professores na Perspectiva da Educação Inclusiva). Disponível em:
<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155246/1/unesp-nead_reei1_ee_d01_s03_texto02.pdf> Acesso em: 10 ago. 2018.